

***Igualdade de oportunidades e tratamento no emprego e na profissão:
Instrumentos normativos da OIT e a sua aplicação no Brasil***

Brasília, 28 e 29 de outubro de 2014

ENAMAT (TST) – Brasília/DF – Auditório da ENAMAT

Laís Abramo

Diretora do Escritório da OIT no Brasil

28/10/2014

1. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à ENAMAT pela parceria, fundamental para a realização deste curso. Esse agradecimento estende-se a todas as pessoas aqui presentes, que demonstram o compromisso genuíno de defender a igualdade de oportunidades e tratamento e a não discriminação, tal como estabelecido na legislação brasileira e nas convenções da OIT.
2. Sem dúvida, o judiciário do Brasil tem contribuído significativamente para o avanço do país rumo à garantia plena dos Direitos Humanos. Importantes mudanças legislativas têm decorrido de decisões judiciais, criando precedentes positivos que servem de inspiração e espelho para outros atores e instituições.
3. Destacamos, entre os vários exemplos que poderiam ser citados, o casamento igualitário, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, ou por pais e mães solteiros/as, os ressarcimentos por demissões em virtude de discriminação e

a reintegração de trabalhadores aos postos que lhe foram negados pela exclusão devida à discriminação.

4. Todos esses direitos, reivindicados por diversos atores e movimentos sociais, foram levados adiante pelo judiciário, que deu assim uma contribuição muito importante para torná-los realidade e elevar o patamar de proteção dos direitos trabalhistas e humanos no país. Reconhecemos a importância dessa atuação e compromisso, que se expressa mais uma vez na presença dos senhores e senhoras nesta atividade que ora inauguramos. Obrigada pelo tempo e pelo esforço em contribuir para que o país continue se transformando e avançando em relação à instituição e observância de direitos tão importantes para a vigência de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

5. Gostaria também de agradecer aos nossos colegas, Anna Torrientes, da sede da OIT em Genebra, e Kirsten Schapira, Especialista em Normas Internacionais do Trabalho, e Eric Carlson, Especialista em HIV/AIDS, da Equipe de Trabalho Decente da OIT para o Cone Sul da América Latina, com sede em Santiago do Chile, pela parceria e liderança na elaboração do Manual “HIV AIDS e o Direito do Trabalho”. Este Manual foi elaborado especificamente para juízes e profissionais da área jurídica, e nos abre a possibilidade de

compartilhar algumas experiências internacionais e receber dos senhores e senhoras insumos para futuros cursos em outras regiões. Um agradecimento especial ao Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil, Stanley Gacek, que foi protagonista na organização do evento, com muita dedicação e eficiência.

6. “Não estamos aqui para lidar com assuntos fáceis ou discutir temas sobre os quais todos já estão de acordo. Estamos aqui para proteger os direitos de todas as pessoas, em todas as partes do mundo”.

7. Essas palavras foram proferidas pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, em encontro do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a promoção de Direitos Humanos de pessoas LGBT em Nova York. A ONU possui uma série de instrumentos internacionais para garantir direitos iguais a todas as pessoas. Um dos mais relevantes é o documento fundacional da Organização, a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em sua abertura, afirma: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Com esse espírito, este curso se propõe a contribuir à garantia dos grupos mais excluídos socialmente e que, por isso, mais necessitam da nossa atenção, para que tenham as mesmas possibilidades de construir suas vidas a partir de um trabalho decente.

8. Sabemos que o trabalho é a via principal através da qual os frutos do desenvolvimento podem ser distribuídos em forma mais igualitária e inclusiva em uma sociedade. O trabalho é indispensável para a construção da autonomia das pessoas e para sua contribuição produtiva à sociedade, assim como para a vivência plena da cidadania e a garantia da dignidade humana.

9. Mas não é qualquer trabalho que tem esse significado ou encerra essa possibilidade. Para que esses objetivos sejam atingidos, é fundamental que as pessoas trabalhem em condições de liberdade, equidade e segurança. É fundamental que o trabalho, o ambiente no qual ele se exerce, e as relações que em torno a ele se estabelecem, estejam livres de qualquer discriminação e violência.

10. Mas sabemos também que muitos coletivos de trabalhadoras e trabalhadores continuam sofrendo cotidianamente a discriminação no emprego e na ocupação. Entre eles as mulheres, os povos indígenas e afrodescendentes, os/as jovens, os/as migrantes, as pessoas com deficiência, a população LGBT e as pessoas vivendo com HIV/Aids.

11. Com efeito, a homo lesbo transfobia e a exclusão de pessoas vivendo com HIV é uma realidade que limita direitos, liberdade, viola a dignidade, ataca a integridade física e provoca mortes em todo o mundo. Não enfrentar a questão e não falar claramente sobre ela, no limite é aceitar que ela continue a fazer vítimas diárias. A violência sofrida pela população LGBT torna-a ainda mais vulnerável ao contágio do vírus HIV, aumentando o estigma que já sofrem e impedindo-os de organizar suas vidas de forma digna e em condições de igualdade.

12. Com o objetivo de promover a igualdade de direitos para pessoas LGBT, a ONU lançou esse ano no Brasil a campanha “Nascidos Livres e Iguais”. Essa campanha tem por objetivo aumentar a conscientização sobre a violência e a discriminação homofóbica e transfóbica e promover um maior respeito pelos direitos das pessoas LGBT, em todos os lugares do mundo. Sabemos que a violência sofrida por essas pessoas, sobretudo por gays e trans, as tornam ainda mais vulneráveis ao contágio pelo vírus HIV, aumentando o estigma que já sofrem e as impedindo de organizar suas vidas de forma digna e em condições de igualdade.

13. Este curso pretende colocar esse tema em questão, para que ele possa ser tratado como deve ser, como um tema de fundamental importância.

14. Por fim, gostaria de uma vez mais parabenizar a todas as pessoas envolvidas no evento, fortalecer o compromisso da OIT com a promoção do trabalho decente para todas as pessoas e desejar que esses dois dias de trabalho sejam uma inspiração para que o Judiciário no Brasil, já tão comprometido com os Direitos Humanos, possa seguir dando mais exemplos para o resto do mundo e, claro, possa proteger com cada vez mais afinco as pessoas excluídas e discriminadas socialmente.